

UM RETRATO POUCO FIEL — OU POUCO FIÁVEL?

Filipe Ribeiro de Meneses

JAIME NOGUEIRA PINTO

**Salazar:
O Outro Retrato**

Lisboa,
A Esfera dos Livros,
2007, 259 páginas

Escrito nos meses que se seguiram à «vitória» de Salazar, e de Jaime Nogueira Pinto, no concurso televisivo *Grandes Portugueses*, este retrato de Salazar é uma tentativa de consolidar o interesse então gerado em torno da figura do antigo ditador, explicando aos «eleitores» de Salazar que, apesar da mobilização «antifascista» que se seguiu ao programa, não se devem envergonhar da escolha que fizeram. O momento proporciona ainda a Nogueira Pinto a possibilidade de conquistar, para Salazar, as gerações que se seguiram ao Estado Novo, contrapondo o seu *Retrato* ao elaborado pelo «antifascismo» português durante os anos da oposição a Salazar e pouco questionado desde então. Nogueira Pinto está assim a lançar em Portugal algo presente em Espanha desde os últimos anos do regime franquista: uma historiografia apologética do passado, que, embora admitindo alguns erros – ou «nódoas» –, insiste em apresentar o líder, neste caso Salazar, como uma força positiva, com um projecto coerente, uma política de princípios norteada pela «honra» e pela defesa do interesse nacional e tendo como pano de fundo o espectro marxista-

-leninista, suposta fonte de todas as violências do século passado.

É mais fácil escrever um livro assim sobre Salazar do que sobre Franco, apesar da falta de uma historiografia de apoio (para lá dos seis volumes do *Salazar* de Franco Nogueira). Não há que justificar uma guerra civil, as infundáveis execuções após o fim do conflito, as mil maneiras de lembrar os republicanos e seus descendentes que tinham perdido a guerra e que essa derrota os deixara à mercê dos vencedores... Salazar, professor universitário, pôde elaborar, durante os quatro anos em que serviu a ditadura militar como ministro das Finanças, projectos detalhados para um governo próprio. De forma alguma se pode dizer o mesmo de Franco, que em Julho de 1936 não calculava assumir (pelo menos imediatamente) a chefia da Espanha nacional. Mesmo assim, a tarefa é espinhosa. O Estado Novo teve, como Nogueira Pinto lhe chama, um *dark side* repressivo do princípio ao fim; as prioridades políticas e financeiras do regime condenaram milhares de portugueses a uma vida de pobreza e analfabetismo; e, claro, é necessário explicar a guerra colonial, tra-

vada após as outras potências coloniais terem negociado a sua retirada de África. Como, então, reconciliar tais problemas, admitidos por Nogueira Pinto, com a «grandeza» de Salazar?

NUMA EUROPA EM CHAMAS

Para Nogueira Pinto, o essencial é enquadrar Salazar não só no Portugal agitado do período republicano, como, e sobretudo, numa Europa em plena «guerra civil» à *outrance*, consequência da violência ideológica e física gerada pela revolução bolchevique. É aqui que Nogueira Pinto encontra a faísca de todos os excessos que se seguiram na Europa. Num conflito entre «Esquerda» e «Direita», que para o autor parece ser o motor da história contemporânea, a culpa recai sempre na «Esquerda»: é sempre esta que avança para lá do aceitável, merecendo a repressão que se segue. Assim, por exemplo, no caso da guerra civil espanhola, «o fio ténue da legalidade democrática entrara em colapso desde a insurreição das Astúrias, em 1934, contra o governo eleito de Gil Robles». De um lado, um governo constitucionalmente eleito (embora valha a pena lembrar que Gil Robles não era, na altura, o chefe do Governo); do outro, as esquerdas, furiosas, recusando aceitar a derrota eleitoral e partindo por isso para a violência desvairada. Quem hoje aceita uma visão tão simplista dos acontecimentos de 1934? Nogueira Pinto reconhece que houve excessos de ambas as partes, mas dá sempre a primazia aos crimes da «Esquerda», representada em Portugal, e neste debate, por um «antifascismo» incapaz de reflectir sobre as próprias culpas. Por vezes a esco-

lha dos exemplos é provocatória. Sobre a II Guerra Mundial, Nogueira Pinto escreve que esta

tenderá a ideologizar-se, o que explica a sua brutalidade progressiva, sobretudo na guerra a Leste. Mas também noutros aspectos, no bombardeamento de cidades alemãs, como Dresden, pela RAF, com bombas de fósforo; no sistema concentracionário do III Reich; na ferocidade dos russos contra os civis na Alemanha; na violência desapiedada dos japoneses na Ásia; nas bombas atómicas de Hiroshima e Nagasaki.

O Holocausto (mascarado pelo eufemismo «sistema concentracionário») aparece assim como apenas uma das muitas atrocidades do conflito. Já José António Primo de Rivera, fundador da Falange, e adepto da violência política, traçou «uma narrativa de coragem, risco, morte e glória à volta da sua vida breve [...]».

SALAZAR, ESCUDO DA NAÇÃO

E Salazar? Salazar está interessado em seguir uma política genuinamente portuguesa, levando o Estado a reconciliar-se com a Nação, protegendo os interesses desta, escudando-a do mundo hostil – do comunismo, acima de tudo – que a cerca e ameaça. O Salazar de Nogueira Pinto é constante, imutável. As suas políticas resultam sempre; a rota, uma vez traçada, nunca é abandonada; o progresso do país, embora lento, é perceptível e imparável. Este Salazar é incorruptível, acima de todos os interesses e lóbis; não tem dezenas de assessores; paga as suas deslocações; res-

peita as hierarquias existentes e as competências alheias; é a antítese de tudo o que parece estar mal no Portugal de hoje. Nacionalista, é também antropologicamente pessimista: por isso o Estado tem de ser forte e agir decisivamente, não dissipando as suas energias em discussões estéreis. Os portugueses têm de ser comandados, tal como os marinheiros das Descobertas: «Vá lá à História e veja como é que Bartolomeu Dias e o Vasco da Gama lidaram com a desobediência, a recusa dos marinheiros em ir para diante, em cumprirem as suas ordens [...]. O Dias não era o tal que, com as suas mãos, tinha força para matar um homem?»

ERROS, OMISSÕES, ANACRONISMOS

Podemos aceitar ou não a concepção que Nogueira Pinto tem da Europa do século findo; podemos concordar ou não com as suas ideias políticas, e reagir de diversas formas às suas provocações, por vezes acertadas, contra o «antifascismo» português. Temos, porém, o direito de exigir exactidão e precisão. Para convencer os que não presenciaram o Estado Novo e que querem chegar às suas próprias conclusões, Nogueira Pinto não pode cometer erros, omitir factos incómodos, proclamar, sem os investigar imparcialmente, os «feitos» de Salazar. Não pode por isso discutir, em termos teóricos, a Constituição de 1933 sem falar na sua aplicação prática; não pode discutir os prós e os contra do império colonial como se este fosse uma mera questão legal, ou de política doméstica, sem referir as populações africanas, as grandes ausentes deste livro, sem vontade própria, sem líderes e sem direi-

tos. Nogueira Pinto fala em sessenta vítimas mortais do Estado Novo ao longo da sua existência, «no Continente»: e nas colónias, quantas houve? E valem menos essas vidas por serem africanas?

A melhor história popular, leve e facilmente digerida, tal como este *Retrato* pretende ser, é a que assenta sobre uma base historiográfica sólida, que reproduz e torna atraente, para uma grande audiência, o trabalho dos historiadores profissionais. Este livro, escrito, como o próprio autor o confessa, num curto espaço de tempo, está muito longe disso. Abundam os erros, as confusões, os exageros. Limitando-nos a Portugal, vemos que Nogueira Pinto torna a pôr, nos lábios de um Sidónio Pais moribundo, a célebre invenção «morro bem, salvem a Pátria!»; não distingue entre os governantes republicanos, todos igualmente maus; afirma que Salazar era uniformemente idolatrado pelos jovens oficiais nos anos de 1920 e 1930, como se estes não estivessem em constante ebulição; sugere que o corporativismo português foi uma forma de «concertação social», como se esta pudesse existir quando há coacção, mas depois esquece esse corporativismo quando diz que, sendo tradicional a sociedade portuguesa, «os de baixo estavam, em muitas coisas, à mercê dos de cima»; reproduz, sem hesitar e sem provas, o *canard* das ambições iberistas dos republicanos espanhóis, ignorando depois o tratamento reservado para os que se tentaram refugiar em Portugal; afirma que o número de refugiados que passaram por Portugal durante a II Guerra Mundial atingiu talvez o milhão, que havia um plano de emergência para lidar com a

situação e que a defesa do regime, durante esse conflito, foi simplesmente «acessória»; confunde dois ministros em Berlim, Nobre Guedes e o Conde de Tovar, situando a «fuga ao posto» do primeiro no tempo do segundo; põe o escândalo dos *ballets-rose* antes do assassinato de Humberto Delgado... Tudo isto seria fácil de evitar, com mais cuidado, mais tempo, e maior atenção à historiografia recente. E a bandeira da Falange nunca foi azul: era (e é) vermelha e negra.

Ao fazer deste *Retrato* uma arma de arremesso contra o «antifascismo» português e a «Esquerda» europeia em geral – privilegiando a polémica e a *petite histoire* (que nem sempre resulta) em detrimento da exactidão e da historiografia recente do Estado Novo –, Jaime Nogueira Pinto acabou por trair a sua própria causa. Este livro é, ironicamente, a antítese do próprio Salazar: da sua persistência, da sua atenção ao detalhe, dos seus métodos de trabalho. **RJ**